

TRADIÇÃO E RELIGIOSIDADE

Festa de dois séculos se torna patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais, e gerações futuras agradecem

_____ Página 10

Nasce um museu

_____ Página 04

IEPHA na estrada

_____ Páginas 06 e 07



PEQUENOS OLHARES
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



_____ Confira na página 08

TAC vai resgatar ponte do
Norte de Minas

_____ Página 09

Conheça mais sobre o Parque das Águas
em Caxambú

_____ Página 11

**Impresso
Especial**

7397091256-DR/MG
IEPHA/MG

...CORREIOS...



Palavra do Presidente

fernando.cabral@iepha.mg.gov.br

S seja qual for a nossa atividade profissional, a obtenção de resultado concreto, em qualquer empreitada, é o que todos nós almejamos. É isso que nos traz motivação, nos impulsiona em nossa jornada, nos dignifica e nos torna especiais.

Essa experiência singular foi vivida pela equipe da Gerência de Patrimônio Imaterial do IEPHA/MG, após sete anos de trabalho árduo para que a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte fosse registrada como Bem Cultural Imaterial de Minas Gerais. No último dia 8 de maio, o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural - CONEP – aprovou, por unanimidade, o registro da tradição mantida há mais de 200 anos pela comunidade de Chapada do Norte, no Vale do Jequitinhonha. Este é o segundo bem imaterial registrado pelo IEPHA. Em 2002 o Modo de Fazer do Queijo Artesanal do Serro foi o primeiro.

Parabéns para toda a equipe de Patrimônio Imaterial. Ações como essas nos fortalecem enquanto pessoas e principalmente enquanto instituição.

O reconhecimento merecido não para por aqui. Araçuaí, que recebeu o projeto piloto de formação de multiplicadores em Educação Patrimonial (parte do programa EDUCAR do Minas Patrimônio Vivo), surpreendeu à toda equipe da Diretoria de Promoção com as manifestações dos professores que participaram do projeto. Mensagens escritas e desenhadas numa "lonita" além de gratidão demonstram a paixão que cada um tem pelo Vale. Além de se configurar num lindo presente, essa "devolutiva" vem reforçar ainda mais a nossa responsabilidade frente à imensa riqueza cultural do nosso Estado. Em cada local, por mais distante que esteja, espera-se que possamos fazer algo para que as questões patrimoniais sejam efetivamente valorizadas.

E assim, temos muito a fazer. Novo desafio é o Termo de Ajustamento e Conduta (TAC), que foi assinado entre Ministério Público de Minas Gerais e as prefeituras de Pirapora e Buritizeiro para proteger e recuperar um importante atrativo do Rio São Francisco. Dessa vez, o IEPHA será representado pela Diretoria de Conservação e Restauro, que, em conjunto com a Universidade Federal de Ouro Preto, realizará o diagnóstico para identificar qual o produto ideal a ser aplicado para conter a corrosão da ponte Marechal Hermes.

Chapada do Norte, Serro, Araçuaí, Pirapora, Buritizeiro. Além desses, muitos outros municípios necessitam do nosso empenho. Essa caminhada fortalece nosso objetivo maior que é o de proteger, promover e conservar a história de Minas Gerais. É nesse objetivo que nos tornamos IEPHA/MG.

Fernando Viana Cabral
Presidente

Peça Recuperada



Nesta edição publicamos a imagem de Nossa Senhora da Conceição, do século 18, recuperada, porém sua origem é desconhecida. A escultura é em madeira dourada policromada e possui olhos de vidro. As medidas são: 36 cm de altura; 13 cm de largura; e 10 cm de profundidade.

A imagem apresenta perda das mãos; braços em processo de entalhe; desgaste e perda de policromia; rachadura no véu na lateral direita; presença de furos e insetos; sujidade; perda dos punhos e das mãos de Nossa Senhora; presença de furos na parte inferior da base; rachadura localizada na lateral direita do véu de Nossa Senhora; perdas pequenas e generalizadas.

Acredita-se que a escultura, que foi apreendida em uma operação da Polícia Federal em São Paulo em agosto de 2003, tenha origem portuguesa.

Informações pelo telefone (31) 3235-2800 ou pelo faleconosco através do www.iepha.mg.gov.br

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Antônio Augusto Junho Anastasia

Vice-governador: Alberto Pinto Coelho

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretária: Eliane Parreiras

Secretária adjunta: Maria Olívia de Castro e Oliveira

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Fernando Viana Cabral

Vice-presidente: Pedrovaldo Caram Santos

Chefe de Gabinete: Danielle Faria

Diretor de Conservação e Restauro: Renato César J. de Souza

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jacome Júnior

Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira

Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado

BEM INFORMADO – INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição: Leandro Henrique Cardoso (MG 16780 JP)

Textos: Adalberto Andrade Mateus (MG 17581JP) e Érika Santos (MG 012987JP)

Diagramação: Pablo do Prado Soares (MG 1582 PP)

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m³

Tiragem: 2.600 exemplares – Periodicidade: mensal

Impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais



CULTURA

Praça da Liberdade, s/nº – 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte – MG

Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br

Envie sua sugestão para: iepha@iepha.mg.gov.br

Com grande renovação em seus quadros, Conep é empossado

Por Adalberto Andrade Mateus



^ Cabe ao Conep, a partir de pareceres técnicos do IEPHA/MG, decidir sobre os tombamentos e registros dos bens materiais e imateriais do estado. Na reunião, o conselheiro José Newton fez a leitura do seu parecer, com voto favorável ao registro da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Chapada do Norte

A 1ª reunião ordinária de 2013 do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – Conep – realizada em 8 de maio, foi também o momento para a posse dos conselheiros designados pelo governador do estado, Antonio Anastasia, para novo mandato que se estende por dois anos. Subordinado à Secretaria de Estado de Cultura, o conselho delibera sobre as diretrizes, políticas e outras medidas relativas à defesa e preservação do patrimônio cultural de Minas Gerais.

Antes da leitura da declaração de posse, a presidente em exercício do Conep, a secretária-adjunta de estado de Cultura, Maria Olívia de Castro e Oliveira, juntamente com o secretário-executivo do conselho, o presidente do IEPHA/MG, Fernando Cabral, entregaram aos conselheiros do mandato anterior certificados que destacavam as relevantes contribuições prestadas para a preservação do patrimônio cultural mineiro desde 2008, quando o Conep foi instalado. O mandato dos conselheiros é de dois anos, permitida uma recondução por igual período. Entre os homenageados na sessão, estavam os ex-conselheiros Henrique Mourão, Carlos Rangel, Ailton Batista, Renato Venâncio e Marco Antônio Pepino que agradeceram a oportunidade de participar do Conep durante os últimos quatro anos e desejaram bons trabalhos aos novos integrantes.

O Conep, que é presidido pelo secretário de Estado de Cultura, tem como secretário-executivo o presidente do IEPHA e é composto por 19 membros indicados como representantes de secretarias de estado, Assembleia Legislativa, universidades, associações e da sociedade civil, com experiência na área do patrimônio histórico material e imaterial.

Após a posse, o conselho deu início às suas atividades com a análise do parecer de autoria do conselheiro José Newton Meneses sobre o registro da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Chapada do Norte (leia mais na página 10).

Terceiro mandato do Conep reúne os seguintes conselheiros (titulares/suplentes):

– Antônio Carlos V. Alves/ Lênia Ribeiro de S. Vieira da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

- Marisa Guerra Lapertosa/Clarissa Alves V. de Souza da Sec. de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- Iasmíny Tanure/ Marília de Fátima D. de Ávila Carvalho da Sec. de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana;
- Ana Tereza R. Fernandes/ Clodoália Nobre Barbosa da Sec. de Estado de Planejamento e Gestão;
- Duarte Bechir/ Gustavo Corrêa da Assembleia Legislativa do Estado;
- José Bittencourt Neves/ Fernanda H. Saraiva do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 13ª SR;
- Frederico de Paula Tofani/ Thais Velloso C. Pimentel da Universidade Federal de Minas Gerais;
- Ana Cristina Brandão S. Silveira de Castro/ Mirian B. Rocha da Universidade do Estado de Minas Gerais;
- Luciana R. Feres/ Rosilene Guedes do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Minas Gerais;
- Mário de Lacerda Werneck Neto/ Walter S. Oliveira da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais;
- Marcos Olender/ Vanda Vale Arantes da Associação Nacional de História;
- Bethânia Reis Velloso/ Eliana Ambrósio da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais;
- Mara Cristina S. Reis Rabelo/ Everton N. Marques da Silva da Associação Mineira de Municípios;
- Rogério Stockler de Mello/ Ivan Carlos Ferreira da Organização de Defesa do Patrimônio Cultural de Minas Gerais;
- Maria Beatriz R. Clímaco/ Júlia Gontijo de Sousa do IEPHA/MG.

Representantes da Sociedade Civil:

- Ivana Parrela, titular, e Alfredo Coscarelli, suplente;
- José Newton C. Meneses, titular, e Alexandre Mendes Cunha, suplente;
- Amílcar Vianna Martins Filho, titular, e Altino Barbosa Caldeira, suplente;
- Altamiro Sérgio M. Bessa, titular, e Stael de Alvarenga P. Costa, suplente.

INICIATIVA DO INTERIOR

O nascimento de um museu

Por Adalberto Andrade Mateus



Fotos: Divulgação Secretaria Municipal de Alagoa

| Peças que contam história

A secretaria municipal de Cultura já colhe os frutos da campanha com as doações recebidas, principalmente ligadas à fabricação do tradicional queijo de Alagoa. A comunidade local já doou antigas formas de madeira e estruturas para a produção do queijo, coleção de livros didáticos e administrativos da primeira professora da cidade, a senhora Maria Tereza de Jesus, instrumentos, partituras e anotações dos músicos da primeira banda de música.

“Alagoa tem uma história muito rica que merece ser conhecida e revelada às novas gerações”, defende Maria Aparecida que, além do museu da cidade, espera contar a história do queijo Alagoa em espaço próprio com as doações recebidas.

| O queijo de Alagoa

O queijo parmesão produzido em Alagoa é uma tradição local, o que fez com que o seu modo de fazer fosse registrado, em 2010, como patrimônio cultural imaterial do município. De acordo com informações de moradores antigos, o queijo parmesão – originário da Itália – teve sua receita levada à Alagoa pelas mãos do imigrante italiano Pascal Poppa e por Gumercindo Pinto, descendente de italianos, ainda na primeira metade do século 20. O produto conquistou o mercado local, anteriormente dominado pelo queijo frescal, produzido desde os primeiros tempos do município. Para melhor se organizar, os produtores de queijo criaram a Associação dos Produtores do Parmesão do Rio Acima e Condado (Aspprac), que vem batalhando pela viabilidade econômica dos produtores e na defesa do queijo parmesão de Alagoa.

Para manter a tradição e divulgar a história da produção de queijo, o projeto Coleta Cultural também vai recolher peças para montar o Museu do Queijo com latas de leite antigas, fotografias antigas do processo de produção do queijo e demais peças que ajudem a contar a história do parmesão de Alagoa. As pessoas que desejarem fazer doações ao Museu da Cidade de Alagoa devem entrar em contato com a Secretaria Municipal de Cultura pelo telefone (35)3366-1448 ou pelo e-mail cultura@alagoa.mg.gov.br. E é a própria secretária municipal de Cultura que faz questão de recolher pessoalmente as doações junto aos moradores da cidade. Com certeza, uma bela iniciativa para a preservação de nossa memória.

O senso de preservação da memória está alcançando os moradores da cidade de Alagoa de maneira bem especial e inovadora. Com o projeto Coleta Cultural, a Secretaria Municipal de Cultura tem se disposto a recolher nas casas da cidade elementos que ajudem a contar a história local. Todo o material recolhido – utensílios domésticos, fotos e objetos – será incorporado ao acervo do Museu de Alagoa, que está sendo formado.

De acordo com a secretária municipal de Cultura, Maria Aparecida de Carvalho Monteiro, a dona Fiinha, o projeto nasceu durante o trabalho de preservação do patrimônio cultural, desenvolvido pela secretaria. A equipe responsável pelos trabalhos identificou na comunidade peças que ajudam a contar a história do município. “A população está sendo sensibilizada a disponibilizar essas relíquias de família que constituirão o futuro acervo do museu”, afirma Maria Aparecida.

A secretária esclarece que o trabalho só está começando, com muitas pessoas aguardando o início efetivo do museu para fazer suas doações. “Interessante notar que alguns, por enquanto, se negam a cooperar, argumentando que são relíquias de famílias, geralmente guardadas como lembranças dos entes queridos que já se foram. Outros, porém, sabendo de nossa busca, e da importância do projeto, nos procuram fazendo suas doações, interessados que suas famílias estejam lá representadas”, pontua a secretária. Segundo ela, a campanha tem ganhado as ruas tanto virtual como presencialmente pelo site da prefeitura, redes sociais e avisos nas igrejas locais.



^ Algumas das peças já recolhidas vão ajudar a contar a história de produção do queijo parmesão de Alagoa

3x4 revela história do trabalhador mineiro

Por Adalberto Andrade Mateus



Divulgação



trabalhista, impactou na fotografia do período. Foi quando a classe operária descobriu a foto”, explica o curador da mostra que, apesar do mesmo sobrenome, não tem parentesco com Assis.

Pioneiro no ramo da fotografia, Assis Alves Horta, hoje com 95 anos, já trabalhou no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, a convite de Rodrigo Melo Franco de Andrade, e no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, entre os anos de 1973 e 78. Em 1937, iniciou os trabalhos de inventário dos bens culturais do estado, principalmente da região de Diamantina, onde manteve, durante muitos anos, o Photo Assis. A exposição foi o projeto vencedor do XII Prêmio Marc Ferrez de Fotografia, da Funarte, na categoria Reflexão Crítica.

| Fotografia de Assis reforça a busca por peça desaparecida

O trabalho de registro de igrejas, casarões e acervos desempenhado por Assis Horta a partir da década de 1930 é dos mais importantes e preciosos na luta de preservação do patrimônio cultural. Em fevereiro de 2010, o fotógrafo cedeu à Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais fotos inéditas da imagem de Santana Mestre furtada da Igreja Matriz de Inhaí, distrito de Diamantina, em 1997. As fotografias, que foram feitas em 1936, são um forte auxílio no trabalho de procura pela peça sacra.



Centro Cultural e Turístico do Sistema FIEMG (antigo Hotel Pilão)
Endereço: Praça Tiradentes, 04 – Bairro Centro – Ouro Preto/MG
Informações: (31) 3551-3637

^ O curador da mostra, Guilherme Horta, com o fotógrafo Assis Horta

Na cidade de Ouro Preto, de 1º de maio a 2 de junho, esteve em cartaz a exposição “Assis Horta: A Democratização do Retrato Fotográfico através da CLT”, no Centro Cultural e Turístico da Fiemg. Com curadoria e pesquisa de Guilherme Horta, a mostra apresenta os registros fotográficos de Assis Alves Horta captados entre as décadas de 1940 e 70 de trabalhadores que viviam na região de Diamantina.

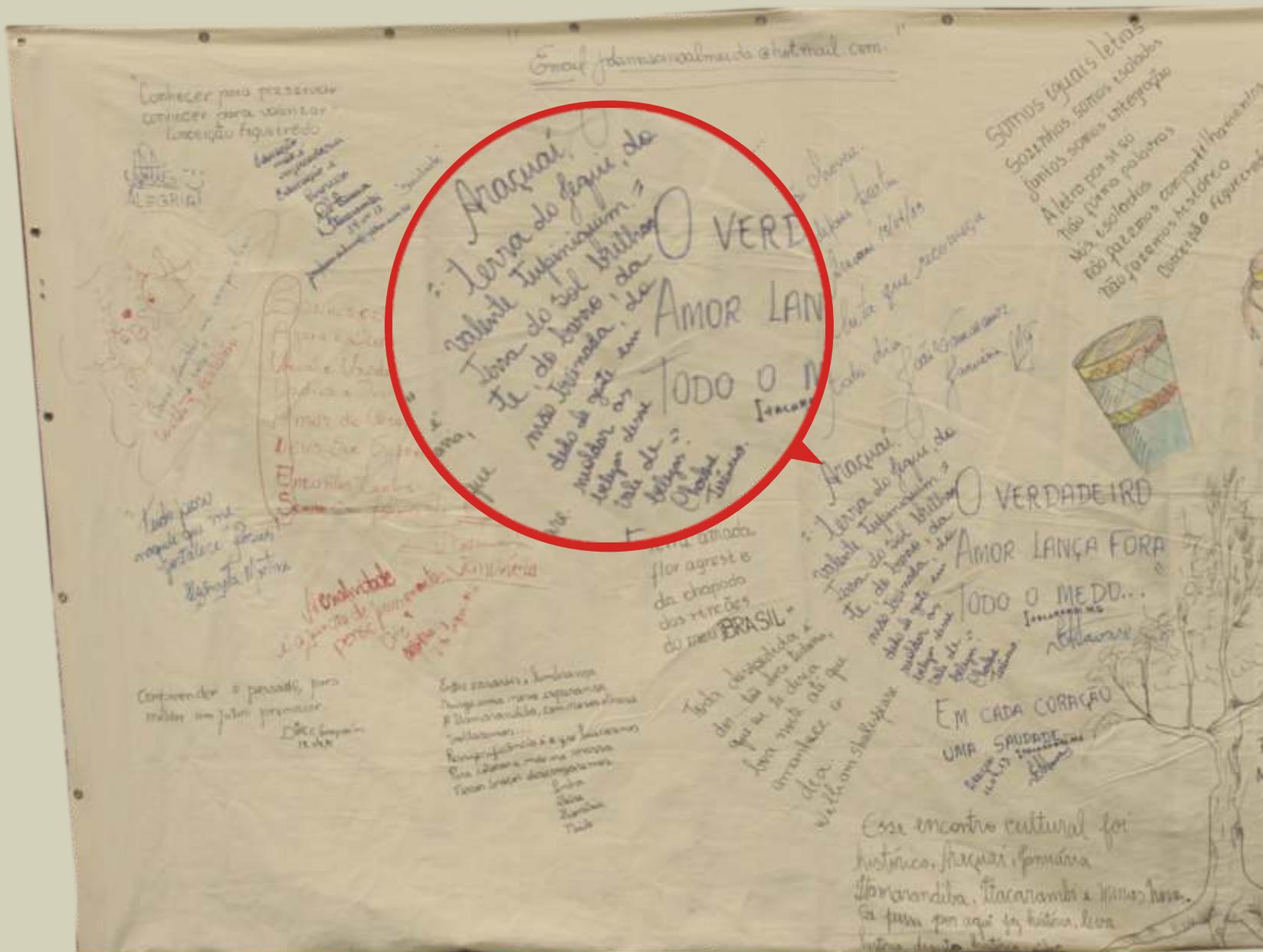
Com a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1º de maio de 1943, os trabalhadores brasileiros estiveram diante de uma nova realidade em suas relações de trabalho. Empregadores e empregados estavam, a partir de então, submetidos aos dispositivos do decreto-lei assinado pelo presidente Getúlio Vargas.

Entre as novidades da nova legislação estava a obrigatoriedade da Carteira de Trabalho e Previdência Social para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional remunerada. O artigo 16º estabelece ainda que “a carteira profissional, além do número, série e, data de emissão, conterà mais, a respeito do portador. 1) fotografia com menção da data em que houver sido tirada”.

Com a entrada dos trabalhadores, pela primeira vez, em um estúdio fotográfico, novo hábito social foi inaugurado com a participação de esposa, filhos e amigos que, diante da câmera, vestiam a melhor roupa e acessórios. Orientados por Assis, posavam como modelos para a posteridade. Permitindo certa interatividade com a mostra, foi reconstituído no Centro Cultural o estúdio fotográfico de Assis Horta. “Vi ali a possibilidade de entender o que a obrigatoriedade do retrato, imposta pela legislação

Diretoria de Promoção do IEPHA/MG na estrada

Por Érika Santos



O ano de 2013 será de muita viagem para a equipe da Diretoria de Promoção do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG que está rodando o estado com o Minas Território da Cultura, maior programa de interiorização do Governo mineiro, levando a Rodada do ICMS.

Em abril a cidade de Manhuaçu recebeu a equipe, foram 120 participantes de 42 municípios da Zona da Mata. “Este é o terceiro ano que realizamos as Rodadas do ICMS. Em 2011 a proposta era tirar dúvidas dos gestores, porque tínhamos acabado de lançar uma nova Deliberação. Já em 2012 nos propusemos a debater fundamentos do patrimônio. Agora em 2013 estamos trabalhando o modo de fazer, como começar o processo ou como dar continuidade porque, com as eleições municipais do último ano, cerca de 80% das prefeituras sofreram mudanças e os novos gestores desconhecem as tarefas a serem desenvolvidas e os documentos que devem ser encaminhados ao IEPHA/MG”, revela Marília Machado, diretora de Promoção do Instituto.

Durante as Rodadas, os participantes recebem da DPR CD's com a Deliberação 02/2012 exercício 2015 comentada quadro a quadro. “Queremos que os gestores sigam a metodologia de forma correta e dentro dos prazos para assegurar a pontuação e o repasse dos recursos”, relata Marília.

A próxima Rodada do ICMS acontece em Canápolis, no dia 21/05. As inscrições já estão abertas pelo email rodadaicms@iepha.mg.gov.br.

O Minas Território da Cultura, viabilizado pela Secretaria de Estado de Cultura, por meio de suas Superintendências e Fundações vinculadas, é um programa articulado da ação cultural que abrange as 10 macrorregiões do estado. A proposta é promover cursos de capacitação e formação, palestras, espetáculos, exposições, mostras de cinema, leituras de editais, entre outros, disponibilizados pelo Sistema Estadual de Cultura e seus parceiros ao longo desse e do próximo ano.

Videoconferências do ICMS

Também para auxiliar na compreensão da Deliberação 02/2012 exercício 2015, a DPR está realizando videoconferências através dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT's). A participação é aberta a todos os interessados, para tanto basta procurar uma das unidades cujos endereços podem ser encontrados no link <http://www.inclusaodigital.mg.gov.br/videoconferencia/unidades/>. Para participar, basta consultar no link em qual município mais próximo existe um CVT, e chegar com antecedência mínima de 15 minutos do início das atividades.



As próximas videoconferências serão nos dias 04, 06, 13 e 27 de junho, 25 de julho, 08 de agosto e 26 de setembro. Sempre de 14 as 17h.

Formação de multiplicadores em Educação Patrimonial

Ainda em abril, Araçuaí sediou o projeto piloto de Educação Patrimonial que visa a formação de multiplicadores em Educação Patrimonial.

O projeto é uma parceria do IEPHA/MG com a Secretaria de Estado de Educação que ficou encarregada de selecionar os participantes. Cerca de 30 professores, principalmente das áreas de humanas, de diversas escolas do Vale do Jequitinhonha participaram do projeto. “Muitos desses professores têm uma excelente formação, já trabalharam em outros estados, mas escolheram voltar para o Vale porque lá, se falta dinheiro e cresce os problemas sociais, sobra amor pela terra”, resume Marília.

Entre os dias 15 e 19 de abril foi realizado a primeira etapa do projeto, onde os participantes receberam palestras sobre pedagogia e sobre a importância da valorização do patrimônio local. “Foi muito interessante a abordagem do tema patrimônio porque fizemos uma articulação com os problemas que mais afligem a população local. E o melhor é que no Vale do Jequitinhonha a própria

pobreza material faz com que as pessoas valorizem as relações humanas”, revela Marília.

“Já trabalhávamos em sala de aula o patrimônio imaterial, as festas e culturas populares. Após o curso vamos desenvolver diversas atividades que abranjam também o patrimônio material”, revela Maria da Conceição Dias Figueiredo, participante do curso.

Ao fim da primeira etapa, os participantes foram divididos em grupos de acordo com sua cidade para que desenvolvam um trabalho – que deve ser multidisciplinar, que aborde dois eixos do conceito de patrimônio cultural, que envolva também a sociedade civil, que possua um cronograma de trabalho e forma de obtenção de recursos financeiros – e apresentem nos dias 14 e 16 de maio, quando acontece a segunda etapa do projeto. Os trabalhos, posteriormente, serão desenvolvidos nas escolas da região.

Segundo Marília a proposta do projeto já foi alcançado, a ideia agora é fazer um novo curso só que a distância. “Estamos buscando recursos para disponibilizar as aulas pela UAITEC (Universidade Aberta Integrada de Minas Gerais) e pelo Magistra (Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais)”, relata Marília.

PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

| Casa Arthur Bernardes – Viçosa

O pequeno olhar dessa edição está no lavatório do banheiro da Casa Arthur Bernardes, em Viçosa.

A casa foi construída especialmente para servir de residência ao mais famoso cidadão viçosense, o ex-presidente da República Arthur da Silva Bernardes e foi tombada pelo IEPHA/MG em 1995 e, no mesmo ano, adquirida pela Universidade Federal de Viçosa.

Uma curiosidade sobre o imóvel é que sua construção, em estilo eclético, durou o mesmo período de seu mandato como Presidente da República (1922 – 1926) e ficou sob a responsabilidade do engenheiro João Carlos Bello Lisboa.

Atualmente a Casa Arthur Bernardes abriga eventos artísticos e culturais, como palestras e exposições. Grande parte do mobiliário original, inclusive peças de uso pessoal do antigo proprietário, ainda está conservado.



Documentário lança olhar sobre o governo Rondon Pacheco

Por Adalberto Andrade Mateus



^ Aos 93 anos, o ex-governador Rondon Pacheco recebeu os cumprimentos do presidente do IEPHA/MG, Fernando Cabral, pelo lançamento do documentário que homenageia sua trajetória política

São Simão, pela Cemig, e a orientação para o projeto que consolidou na criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Na área cultural, o governo Rondon Pacheco foi responsável pela criação do IEPHA/MG, em 1971, e pelo desenvolvimento de programas importantes para o setor como o Projeto Viana de Lima, para restauração de Ouro Preto e Mariana e restauração das obras de Aleijadinho em Congonhas. Ainda durante o governo, foi tombado o Palácio da Liberdade, primeiro bem cultural protegido em nível estadual, e autorizada a compra e doação ao IEPHA/MG da casa em que nasceu João Guimarães Rosa, em Cordisburgo, atual sede do museu que homenageia o escritor.

O documentário contou com a participação de servidores do IEPHA/MG. O vice-presidente Pedrosvaldo Caram Santos e o engenheiro Fernando Roberto de Castro registraram, em depoimento, a importância da criação do Instituto no contexto da proteção do patrimônio cultural de Minas Gerais.

| Traços biográficos

Nascido em 31 de julho de 1919, Rondon Pacheco é natural de Uberlândia, onde iniciou os estudos secundários no Ginásio Mineiro da cidade. Formado em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi deputado estadual de 1947 a 1951, quando participou da Constituinte Estadual, e deputado federal de 1951 a 1971 e de 1983 a 1987. Ministro chefe do gabinete civil durante o governo de Costa e Silva, entre 1967 a 1969, Rondon foi ainda presidente da Usiminas e do Conselho Curador da Fundação Dom Cabral.

Foi lançado no dia 26 de abril, em Belo Horizonte, o documentário “Algodão entre Espelhos”. Dirigido por Celso Machado e Nara Sbrebow, o filme faz um recorte da história política de Minas Gerais enfocando a administração de Rondon Pacheco, que governou o estado entre 1971 e 1975. O período foi marcado por grandes ações desenvolvimentistas que tem como grande marco a vinda da Fiat para o Brasil, com a instalação de sua linha de produção na cidade de Betim. O período foi marcado também pela construção da Usina de

TAC em prol da recuperação de atrativo do Rio São Francisco

Por Érika Santos



^ Ponte Marechal Hermes – Pirapora

Inaugurada em 10 de novembro de 1922, a Ponte Marechal Hermes, que liga os municípios de Buritizeiro e Pirapora, é um importante atrativo turístico da região por sua beleza e excepcional solução estrutural, porém há alguns anos o agravamento da deterioração de suas partes metálicas e de madeira impediu que ela fosse utilizada com segurança pela comunidade. Há seis anos somente pedestres, bicicletas e motocicletas podem circular pela ponte, usando as passarelas laterais.

Em 2007/2008, as comunidades de Pirapora e Buritizeiro, com a supervisão do IEPHA/MG empreenderam uma reforma emergencial, que minimizou riscos, mas não foi suficiente para a segurança de sua utilização. No final de 2012, uma criança que fazia a travessia da ponte caiu ao passar por uma brecha entre as tábuas de uma das passarelas, causada por ação de vandalismo que retirou um pranchão e seus parafusos metálicos.

Para proteger e recuperar este importante atrativo histórico do Rio São Francisco, no final de abril foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público Estadual e as prefeituras de Buritizeiro e Pirapora. Entre as ações pactuadas estão a interdição da passarela do lado direito (sentido Pirapora-Buritizeiro) para que as prefeituras façam uma obra emergencial do lado esquerdo. Também em conjunto com a Cemig, as prefeituras deverão substituir as lâmpadas queimadas para garantir a segurança à noite. Em ambos os lados da ponte deverão ser afixadas placas informativas de advertência quanto à proibição do trânsito. No caso de descumprimento desses itens, as prefeituras estão sujeitas ao pagamento de multa.

Na reunião para assinatura do TAC, o IEPHA/MG, representado pelo diretor de Conservação e Restauração, Renato Cesar José de Souza, ficou responsável pela elaboração, junto com a Universidade Federal de Ouro Preto, de um diagnóstico para identificação de produto a ser aplicado para conter a corrosão na ponte. Os custos para uma obra definitiva só serão conhecidos a partir da elaboração de um projeto completo para a restauração da ponte, na sua infraestrutura e também em sua superestrutura.

| Histórico

A construção da Ponte Marechal Hermes, sobre o rio São Francisco, estava inserida no ambicioso projeto de expansão da Ferrovia Central do Brasil que pretendia interligar o Rio de Janeiro, então capital do país, a Belém do Pará. A integração do litoral com o interior do Brasil sempre foi vontade das administrações luso-brasileiras e foi planejada, de diferentes formas, em outros momentos da história.

Assim, sob o signo da modernidade e sob a expectativa do progresso advindo com as locomotivas, é que os trilhos da Ferrovia Central do Brasil chegaram a Pirapora, em 1910, vindos da estação de Lassance. Contudo, para prosseguir com o projeto de ligação até Belém era preciso superar o rio São Francisco. A solução para tal impasse seria a construção de uma ponte que interligasse as margens do rio.

As dificuldades encontradas para a construção da ponte foram muitas e o projeto foi diversas vezes modificado, inclusive com alteração da localização original. Os principais problemas enfrentados estavam relacionados com as constantes enchentes do rio, o que impedia a construção das fundações.

Assim, após vários anos e muitas alterações, a ponte foi inaugurada com uma grande festa que contou com a presença de diversas autoridades e políticos, entre eles o Presidente da República, Epitácio Pessoa, e o Governador de Minas Gerais, Raul Soares.

Apesar da grande expectativa criada com a inauguração da ponte e com o prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, o projeto jamais foi completado. A construção da ferrovia foi paralisada logo após a travessia do rio São Francisco.

A ponte tornou-se patrimônio cultural de Minas Gerais em 1983 e o parecer para o tombamento trazia a seguinte consideração: *Testemunho histórico de relevância nacional, quer por seu interesse público vinculado a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por sua excepcional solução estrutural, a Ponte Marechal Hermes terá proteção assegurada com medida legal de tombamento, com inscrição no Livro de Tombo Histórico.*

Como características técnicas, a Ponte Marechal Hermes é uma ponte ferroviária metálica, estruturada em treliça, com ligações rebitadas. A ponte se apoia em 13 pilares de concreto e tem uma extensão total de 694 metros em 14 vãos, sendo dez centrais de 50 metros e os marginais de 35 metros cada um, possui 8,40 metros de largura com dois passeios laterais para uso dos pedestres, que foram colocados mais tarde. Estas passarelas são sustentadas por mãos francesas metálicas engastadas no viga horizontal inferior. Possuem piso de tábuas corridas assentadas sobre perfis de ferro e a proteção é feita por guarda-corpo também metálico cujo desenho contrasta com a estrutura principal por seu frágil aspecto. Na mesma época foram colocadas também, ao lado dos trilhos, peças de madeira para trânsito de carros.

200 anos de tradição agora é bem imaterial de Minas

Por Érika Santos



Fotos: Acervo IEPHA/MG

^ O presidente do IEPHA/MG, Fernando Viana Cabral, e sua equipe com representantes da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte

Em sua primeira reunião ordinária de 2013, os membros do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – Conep – aprovaram por unanimidade o registro da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, de Chapada do Norte, como patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais.

A festa, que é organizada há mais de 200 anos pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, é o segundo bem registrado pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico e Minas Gerais – IEPHA/MG – o primeiro é o Modo de Fazer Queijo Artesanal da Região do Serro. A festa é tão antiga que nem mesmo seus moradores têm certeza de quando começou, mas segundo a tradição, ela teria surgido a partir do aparecimento de uma imagem de Nossa Senhora do Rosário nas proximidades do Arraial de Santa Cruz da Chapada (atual Chapada do Norte), no córrego que passou a se chamar Rosário.

Ainda segundo a tradição, por diversas vezes homens brancos buscavam a imagem e a colocavam em uma capela, no entanto ela sumia, reaparecendo no córrego. Quando os negros do arraial foram buscar a imagem e a conduziram até a Capela do Rosário – com tambores, viola, pandeiro, cantando e dançando ritmos africanos -, ela ali permaneceu. Apesar do nome, a irmandade permite a participação de brancos, mas exige que pelo menos um dos reis festeiros seja negro.

Durante os quinze dias de festa são realizados novenas, leilões com prendas doadas pela comunidade, lavagem da igreja com água buscada no córrego, distribuição de angu (acompanhado de molho de feijão, de abóbora, de quiabo e de fava acrescidos de carne de boi, frango ou porco), busca da imagem de Nossa Senhora do Rosário no rio, encenação da batalha entre mouros e cristãos, levantamento de mastro, nomeação de nova corte e distribuição de doces.



^ Procissão Nossa Senhora do Rosário

Dez membros da Irmandade cruzaram os 528 quilômetros que separam Chapada do Norte de Belo Horizonte para acompanhar a decisão do Conselho. O processo de registro da festa foi apresentado pelo gerente de Patrimônio Imaterial IEPHA/MG, Luis Gustavo Molinari, durante a reunião. “O diferencial do registro de celebrações da Festa de Nossa Senhora do Rosário foi o seu processo de construção e do amadurecimento da Instituição nas relações com a sociedade. Foi um processo que tivemos envolvimento muito grande da comunidade. Antes de apresentar o dossiê de registro ao Conep, nós levamos para aprovação da irmandade que também ajudou na elaboração do esboço do plano de salvaguarda. Isso tudo não seria possível se nós não tivéssemos uma relação com a comunidade que possibilitasse essa construção, esse diálogo”, revela Luis.

Os membros da irmandade ouviram atentamente os pareceres positivos e emocionantes de cada conselheiro, que ressaltaram a importância desse registro. José Olímpio Soares, o Seu Olímpio, vice-presidente da Irmandade, se emocionou ao fim da votação. “Desde bem pequenininho minha mãe

levava os filhos para assistir a festa, eu comecei a ir ainda no colo dela. Agora é responsabilidade dos mais jovens dar continuidade a festa, e com o registro eles vão poder fazer isso sem a luta pelo reconhecimento que nós tivemos, mas com a responsabilidade de manter e ampliar. Nossa luta foi árdua, ao longo dos tempos houve quem quis acabar com os tambores, com os leilões e até com a festa, e agora com registro isso não vai acontecer mais”, relata Seu Olímpio.

Segundo Luis, o próximo passo agora, que é a criação de um comitê gestor para implantação da salvaguarda, se dará de forma diversa, desde a organização do acervo documental da Irmandade, restauração de edificações e imagens relacionadas a irmandade e a festa até ações de promoção. O gerente também destaca a importância desse processo para o IEPHA/MG. “Para além da importância cultural, que é a festa de Nossa Senhora do Rosário, como elemento de identidade, como o próprio parecer do relator e a documentação técnica comprovou, também funciona para a instituição como uma expertise, como uma

possibilidade de criarmos uma forma de trabalho, criarmos uma metodologia e aplicar isso em outras áreas”.



^ O vice-presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte, José Olímpio, fez um relato sobre a festa durante a reunião

Parque das Águas, em Caxambu

Por Adalberto Andrade Mateus



Os católicos, especialmente os de Baependi, no sul de Minas, comemoraram no último dia 04 de maio a beatificação de Francisca de Paula Jesus, a Nhá Chica. Em toda a região, já famosa pelas fontes de águas terapêuticas, crescem as expectativas quanto ao aumento do turismo religioso. E é de Caxambu, cidade localizada a poucos quilômetros de Baependi, o bem cultural tombado focalizado nessa edição.

O Conjunto Paisagístico e Arquitetônico do Parque das Águas de Caxambu foi tombado como bem cultural do estado de Minas Gerais por meio do decreto estadual nº40.288, de 1º de março de 1999, que determinou a inscrição do conjunto em todos os livros de tombamento definidos pela lei de criação do IEPHA/MG. Essa decisão constata a importância do conjunto e suas características culturais expressas em seu patrimônio tanto natural quanto o arquitetônico e artístico construído pelo homem.

A 350 km de Belo Horizonte, localizada na Serra da Mantiqueira, Caxambu ficou conhecida como “Cidade das Águas Milagrosas” e o surgimento do primeiro povoado se deve a iniciativa de Estácio da Silva, morador da Fazenda Caxambu, que, em 1747, pediu permissão para construção de uma capela que foi dedicada a Nossa Senhora dos Remédios. Ao redor da capela foram construídas as primeiras casas que, no início, ficaram restritas à jurisdição de Baependi. O município foi criado em 1901, com território desmembrado de Baependi, Ouro Fino e Cristina.

De acordo com a tradição local, as primeiras notícias do descobrimento das águas e seus efeitos datam de 1814. Em 1844, Felício Germano de Oliveira Mafra, desbravador das matas ao redor do povoado, descobriu quatro fontes, das quais três persistiram. A fama das águas, com surpreendentes curas atribuídas, mudou o nome do povoado para “Águas Virtuosas de Baependi”, posteriormente para “Águas Virtuosas de Caxambu” e, finalmente, Caxambu.

A construção do Parque das Águas Lysandro Carneiro Guimarães

A partir de 1861, o governo provincial decidiu agir mais efetivamente na questão das fontes, desapropriando-as e promoveu abertura de crédito para a realização de melhoramentos locais. Em 1868, Caxambu recebeu a visita da princesa Isabel, que buscava a cura de uma possível infertilidade. Com a gravidez da princesa, a fama cresceu e foi mais um incentivo ao crescimento da importância das águas. Posteriormente, em homenagem à Casa Imperial brasileira, as três primeiras fontes foram denominadas, respectivamente, D. Leopoldina, D. Pedro e D. Isabel. As melhorias a serem implantadas destinavam-se a dotar a cidade da infraestrutura de famosos balneários e estâncias da Europa.

Em 1886, foi fundada a “Empresa das Águas Minerais de Caxambu” que foi responsável por estabelecer a área do parque. Até 1890, foram realizadas várias obras como a captação das fontes D. Pedro e D. Isabel, a descoberta e captação da fonte Viotti, a construção dos primeiros chalés para cobertura das fontes e novo balneário para os visitantes. O primeiro tratamento paisagístico do parque foi a construção dos jardins e incluiu a canalização do ribeirão do Bengo, que corta o parque. Entre os anos de 1911 e 1920 se deram as mudanças mais significativas do parque com o ajardinamento aprimorado e construção de novos equipamentos.

O arquiteto Alfredo Burnier, do Rio de Janeiro, projetou o novo edifício de engarrafamento e o novo edifício do estabelecimento balneário, que se destaca por sua imponência e por seu belo vitral ilustrado por figuras marinhas. Para as fontes D. Leopoldina, Beleza, Duque de Saxe e Viotti foram preparados pavilhões em ferro fundido, que lembram os coretos de música das praças, sendo projetos de origem belga (1912/1913). Ao todo o parque possui 12 fontes de água mineral. É de se destacar também os trabalhos realizados pelo artista português Francisco da Silva Reis, conhecido como Chico Cascadeiro, em 1918. Seus trabalhos se destacam pelo naturalismo em réplicas de rochas, troncos, galhos de madeira e animais que eram esculpidos em cimento. Nos anos 1920, Caxambu era a mais conhecida e procurada estância hidromineral sendo, em 1928, registrada a presença de 13.391 veranistas. Novos projetos paisagísticos foram realizados no decorrer dos anos, mas nenhum alterou significativamente a paisagem do parque que, em 2010 teve as obras de restauro entregues pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), que administra o parque em parceria com a prefeitura local.



Tradição renovada a cada três de maio

Por Adalberto Andrade Mateus



Foto: Núcleo de Arte - FAOP

gostaram tanto que garantiram que iriam ensinar para suas famílias e enfeitar suas casas”, explicou o diretor.

A FAOP, em parceria com a prefeitura local, a Associação do bairro e Comissão de Folclore, vem trabalhando junto à comunidade para resgatar os elementos originais da festa como a participação das bandas de música e guloseimas típicas, como o amendoim torrado, que faziam parte da festa. Outro detalhe da festa foi o olhar atento à preservação do patrimônio cultural. As antigas cruzes de pedra sabão, que estão por toda a cidade desde o século 18, tiveram enfeites e flores colocados somente na base, uma vez que são tombadas e a decoração poderia danificá-las.

Em Tiradentes, no Campo das Vertentes, o sucesso das oficinas não foi diferente. O Museu da Liturgia, inaugurado na cidade em abril do último ano, tem desenvolvido muitas atividades com participação da comunidade local, entre elas a oficina “Venha enfeitar a Santa Cruz”. De acordo com a coordenadora do setor educativo do museu, Noêmia de Lourdes Nascimento, a ideia da oficina surgiu a partir da

O meu coração é só de Jesus, a minha alegria é a Santa Cruz. O antigo verso entoado aos pés dos antigos cruzeiros instalados nos cumes de montes e encruzilhadas de ruas de nossas cidades ganha cores especiais na noite do dia 02 para o dia 03 de maio.

Em Minas, a tradição de celebrar a Santa Cruz de Cristo é revivida a cada ano, e o dia 03 de maio é a data em que a comunidade se reúne em torno dos grandes cruzeiros para novenas e orações. Nas casas, de acordo com o costume, pequenas cruzes, delicadamente ornamentadas na noite anterior, são afixadas nas portas e paredes externas para resguardar e proteger, durante todo o ano, os habitantes contra os perigos das doenças, maus espíritos, situações conflituosas e malfeitores. A tradição manda que a ornamentação das cruzes deve ser renovada na data para que novas bênçãos sejam alcançadas.

Para manter o antigo hábito e incentivar a participação das novas gerações, várias instituições culturais tem criado oficinas e apoiado as festas tradicionais do 03 de maio. Em Ouro Preto, a Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP) participou da mobilização e organização da Festa de Santa Cruz de Antônio Dias. A festa ocorre na cidade desde o século 18 e conta com barraquinhas, celebração de missas, procissões e apresentações de grupos de congados.

Para garantir a participação da comunidade, a FAOP organizou oficinas de ornamentação de cruzes (foto) que decoraram todo o bairro. De acordo com o diretor de Promoção e Extensão Cultural da FAOP, Celmar Ataídes Júnior, as oficinas foram oferecidas com a participação da historiadora Deolinda Alice dos Santos e da professora da instituição, Ana Célia Teixeira. “Tivemos uma grande participação da comunidade, que ficou muito empenhada na organização da festa e na confecção das cruzes. Crianças e adolescentes

proposta de ensinar a ornamentação das cruzes de madeira que são colocadas nas portas das residências na véspera do dia 03 de maio. “A população de Tiradentes mantém a tradição de enfeitar as cruzes utilizando os mais diversos materiais, como, flores e papéis coloridos recortados”, explicou a coordenadora que lembrou que uma das explicações para a tradição é o fato de que, em Portugal, durante o período medieval, os judeus convertidos ao catolicismo identificavam suas casas com uma cruz para demonstrarem a fé católica e não serem perseguidos pelo Santo Ofício.

Depois da morte de Jesus, vários elementos e lugares ligados à sua *via-crucis* passaram a ser procurados pelos cristãos como símbolo da fé e comprovação da existência do Cristo. Por volta de 312, o imperador Constantino estava em batalha contra os exércitos de Magêncio, na luta pelo poder de Roma. A cidade teria sido conquistada somente após o imperador seguir os conselhos de uma visão em que o sinal da cruz deveria ser impresso nos escudos de seu exército. O relato, na história cristã, é considerado importante por Constantino ter sido o primeiro imperador convertido ao cristianismo.

No ano de 320, Helena, sua mãe, deu ordens para que, na Terra Santa, fosse procurado e descoberto o local onde estaria a cruz em que Jesus teria sido crucificado. Encontrados os remanescentes do que seria a cruz, Helena os colocou sobre doentes que, curados, atestaram os fragmentos como sendo da Santa Cruz. Assim foi iniciada a veneração a Santa Cruz (também chamada de Invenção da Santa Cruz), cuja celebração foi marcada para o dia 3 de maio. Apesar da grande devoção popular, principalmente na América Latina, a Igreja Católica unificou a celebração com o dia 14 de setembro, dia da Exaltação da Santa Cruz.